



ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Albino José Eusébio, pesquisador moçambicano convidado neste número, desenvolveu uma pesquisa de doutorado intitulada *Da violência colonial à violência do desenvolvimento: uma análise socioantropológica sobre deslocamentos compulsórios provocados pelo grande projeto de mineração da Vale em Moçambique*.

Biografia acadêmica do pesquisador. Albino José Eusébio é Licenciado em Ciências Policiais pela Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), Moçambique. Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalha como Professor Colaborador na Universidade Aberta ISCED (UnISCED), Moçambique. Pesquisador do Grupo de Estudo Sociedade Ambiente e Acao Publica da UFPA e do Grupo de Estudos Espaços e Sociedades na África subsaariana – GeoÁfrica.

Albino José Eusébio

Professor Colaborador na Universidade Aberta ISCED (UnISCED), Moçambique.

<https://orcid.org/0000-0001-5646-6190>.

Contato: albino.acipol@gmail.com;

albinoeusebio@outlook.com;

Como citar:

EUSÉBIO, A. J. Áfricas na pós-graduação. Entrevista de Albino José Eusébio. **Boletim GeoÁfrica**, vol. 2, n. 7, p. 146-154, jul.-set 2023.

Tese de Doutorado: EUSÉBIO, Albino José. *Da violência colonial à violência do desenvolvimento: uma análise socioantropológica sobre deslocamentos compulsórios provocados pelo grande projeto de mineração da Vale em Moçambique*. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia; Universidade Federal do Pará (UFPA), 2018.



Resumo da tese: A tese analisa o processo de deslocamento compulsório e a vida cotidiana das populações deslocadas, em consequência da instalação, no distrito de Moatize, na região do Vale do Zambeze, província de Tete, Moçambique, do megaprojeto de exploração de carvão mineral, operado pela multinacional brasileira Vale. A tese visibiliza as violências das práticas corporativas do deslocamento compulsório e argumenta que a violência do deslocamento compulsório é uma característica intrínseca aos grandes projetos de mineração que independem dos contextos sociopolíticos e jurídicos de cada *locus* em que estão sendo implementados. A Vale apresentou práticas autoritárias, violentas e “coloniais” de atuação que tiveram impactos sociais, econômicos e ambientais significativos na dinâmica de vida cotidiana das populações atingidas em Moatize.



Foto: acervo pessoal de Albino Eusebio

Qual a relevância da pesquisa?

A relevância da tese está no facto de visibilizar as violências das práticas e estratégias dos grandes projetos de mineração no processo de inserção nos territórios e na relação com as comunidades atingidas. Isso é evidenciado na análise sobre o processo de deslocamento compulsório realizado pelo projeto de exploração de carvão mineral que era operado pela multinacional brasileira Vale em Moatize, bem como na descrição dos impactos atuais sobre as populações do entorno do empreendimento. Se por um lado a tese visibiliza e denuncia as violências das práticas empresariais, por outro lado, revela ações coletivas locais de resistência a essas violências, ações essas que iluminam caminhos para um mundo e políticas de mais justiça



social e ambiental e desenvolvimento mais sustentável; um mundo onde não imperam somente as vontades e o poder perverso das empresas multinacionais. Essas ações coletivas mostram que aqueles locais impactados se transformaram em lugares ou espaços de afirmação local da cidadania e de lutas contra a hegemonia de um tipo de desenvolvimento que só lhes contempla enquanto sujeitos de sacrifícios. Para o governo moçambicano a tese evidencia a necessidade de adoção de novos mecanismos de regulação da forma como os grandes projetos de mineração e de desenvolvimento de modo geral se inserem nos territórios por forma a impedir a violação dos seus direitos constitucionalmente protegidos. Reafirmo isso, justamente, porque constatou-se durante a pesquisa que as populações não estão necessariamente “contra o desenvolvimento”, mas sim “contra a forma como o desenvolvimento”, o “estranho”, o “novo” está chegando até eles.

Qual o objetivo que norteou a pesquisa?

A tese teve o objetivo geral de analisar o processo de deslocamento compulsório das populações atingidas pelo projeto Moatize de exploração de carvão mineral, que era operado pela multinacional brasileira Vale, bem como a realidade de vida cotidiana das populações classificadas como rurais, deslocadas à Comunidade de Cateme, a aproximadamente 30 Km do seu local original de vivência, habitação, produção e reprodução social, econômica e cultural. Como objetivos específicos ao longo da tese buscou-se: (i) examinar encruzilhada dos megaprojetos de desenvolvimento na região do Vale do Zambeze, bem como os contextos históricos e políticos que culminaram com a chegada da Vale a Moatize enquanto marco da nova encruzilhada dos projetos de desenvolvimento e progresso nacional na região do Vale do Zambeze; (ii) descrever, com base nas narrativas das próprias populações e outros atores que acompanharam o processo, as práticas e ações desenvolvidas pela Vale no processo de deslocamento compulsório e explorar pontos de intersecção com outras formas de deslocamentos compulsórios que foram executados na região desde o tempo colonial; (iii) examinar os direitos territoriais das populações e comunidades locais perante outros direitos de uso e aproveitamento da terra em Moçambique desde o tempo colonial e as implicações da atual cartografia jurídica sobre a terra, não só na segurança jurídica do direito de propriedade das comunidades locais, como também no processo de deslocamento compulsório; (iv) explorar a realidade de vida atual na Comunidade de Cateme, local onde foram “reassentadas” as famílias classificadas de rurais.



A discussão foi inspirada teórica e metodologicamente nas discussões da antropologia do desenvolvimento, dos estudos pós-coloniais e na sociologia do cotidiano.

Quais foram os principais resultados da pesquisa?

A tese revela de modo geral que a expansão dos grandes projetos de mineração em Moçambique, no Vale do Zambeze e em Moatize em particular, vem sendo marcada por uma forte intercepção entre o que podemos chamar de um frágil sistema de controle estatal e perversas práticas corporativas. A perversidade das práticas corporativas é visibilizada pela violência das práticas e estratégias adotadas no processo de deslocamento compulsório e por outras práticas sociais e ambientais danosas que têm como consequência o acirramento de conflitos socioambientais na região.

A chegada da multinacional brasileira Vale em Moçambique marcou uma nova fase da exploração de carvão mineral na bacia carbonífera de Moatize, bem como, uma nova encruzilhada de projetos desenvolvimentistas na região do Vale do Zambeze. Região essa, que desde o tempo colonial assume um lugar estratégico nos projetos de exploração econômica em Moçambique. A tese demonstra que a inserção desses grandes projetos de mineração nos territórios vem sendo marcada pela afirmação de uma relação violenta com histórias e modos de vida das comunidades locais que habitam a região desde os tempos imemoriais ou datados. O processo de deslocamento compulsório transformou Moatize num campo de violação de direitos e, conseqüentemente, num campo de resistência. Numa autêntica afirmação local da cidadania, às populações atingidas vem desenvolvendo ações coletivas locais de mobilização e reivindicação social contra as práticas violentas das empresas e, de modo geral, contra as ‘contradições desastrosas’ da atual lógica desenvolvimentista que vem sendo implementada na região. De fato, as ações coletivas de contestação que são desenvolvidas em Moatize apresentam narrativas outras que denunciam o caráter violento, autoritário e colonial das empresas mineradoras. A realidade atual de vida das populações deslocadas para Cateme, área onde foram assentadas as famílias classificadas de rurais, nos ensina que o discurso de desenvolvimento e melhoria de vida e ‘emprego para os vossos filhos’ adotado pelos gestores das empresas multinacionais e atores governamentais não passa de um discurso legitimador e de cooptação para o controle e exploração capitalista do seu território. Revela também a tese que, as populações compulsoriamente deslocadas, enquanto lamentam pela realidade atual de vida



imposta perversamente pela empresa, enquanto resistem e se mobilizam coletivamente em defesa dos seus direitos, também se engajam em novos campos de possibilidade de sobrevivência cotidiana, seja como motoqueiro, seja com uma feirinha no mercado ou nas vias mais movimentadas da comunidade. À medida que o tempo vai passando essas populações vão tendo certeza de que não há muito que esperar da empresa, muito menos do tal discurso de desenvolvimento e melhoria de vida que vem acompanhando o avanço desses grandes empreendimentos na região. Só eles mesmos podem ser sujeitos das suas trajetórias e histórias de vida. Esses novos campos de possibilidade de reprodução social econômica (ser motoqueiro ou ter uma feirinha) se, por um lado, dão visibilidade da condição de vulnerabilidade e sofrimento social em que se encontram nesses ‘novos lugares’, por outro evidenciam que mesmo expropriadas das suas terras de reprodução social, econômica e cultural, violentadas, enganadas pelas falsas promessas e intimidações e abandonadas nos “campos de reassentamentos”, essas populações se negam a ser cúmplices da aniquilação da sua própria existência.

Os atuais deslocamentos compulsórios provocados por grandes projetos de mineração não são um fenômeno novo na história da população de Moatize, do Vale do Zambeze e nem de Moçambique no geral. A história de Moçambique é desde o tempo colonial marcada, dentre vários pontos, pela prevalência de uma política governamental e empresarial de controle territorial que pressiona constantemente o território das populações das áreas rurais e tem como consequência imediata e direta os deslocamentos compulsórios. Tanto no período colonial, quanto na primeira década do período pós-independência, políticas de desenvolvimento e progresso nacional, os programas de aldeamentos coloniais e aldeias comunais, as guerras e os desastres ambientais contribuíram para um deslocamento maciço das populações da região. No contexto atual o controle governamental e empresarial do território está mais assentado na política de intensificação da exploração capitalista dos recursos minerais. A tese revela que apesar das diferenças (uma das principais diferenças está no fato de os atuais deslocamentos compulsórios estarem relacionadas ao controle empresarial do território e avanço do capital internacional que pressiona grupos e modos de vida locais) existem certas proximidades com os anteriores processos impostos na região do Vale do Zambeze, o programa de aldeamentos coloniais e as aldeias comunais socialistas inerentes à modernização do campo e cooperativização agrícola: as decisões tomadas centralmente e impostas aos grupos atingidos que tem a única opção de cumpri-las; a consequente marginalização dos posicionamentos dos



sujeitos afetados, negando-lhes a possibilidade de serem protagonistas do seu próprio destino; a persistência da lógica paternalista de relação, o uso da persuasão e de modo geral a prevalência práticas de violência e intimidação são algumas dessas proximidades.

A análise feita na tese sobre o ordenamento jurídico da terra desde o tempo colonial demonstrou que apesar das mudanças realizadas na década 90, prevalece um sistema de dominação que inferioriza as comunidades locais e subalterniza as suas lógicas específicas de uso e apropriação da terra e recursos em favor da apropriação capitalista, criando um espaço propício para violação dos seus direitos territoriais por parte das empresas capitalistas. A tese revela que foi nesse contexto jurídico sobre a terra que a Vale chegou em Moçambique. Foi neste contexto jurídico que realizou o processo de deslocamento compulsório das populações atingidas, processo esse que foi marcado por violência, autoritarismo, tutela e indiferença pelos seus modos de vida. A empresa pouco fez para garantir a continuidade integral dos seus modos originais de reprodução social e econômica. O interesse era tirá-los a todo custo para dinamizar a exploração do carvão mineral. Falsas promessas, violência e intimidação foram algumas das estratégias adotadas para conter ações de resistência ao deslocamento. Porém, as violências das práticas corporativas do deslocamento compulsório não são exclusivas a esse fato, elas são também reflexo do caráter violento que é intrínseco a práticas corporativas dos grandes projetos de mineração, tal como evidenciam os dados analisados ao longo da tese sobre a atuação da Vale em Sudbury no Canadá e na Amazônia Brasileira. Ou seja, o caráter autoritário e violento do estado moçambicano na sua relação com as comunidades locais, que vem desde o tempo colonial e se mantém atualmente, se intersecciona desse modo com o caráter autoritário, violento e colonial das práticas e estratégias corporativas das empresas de mineração. Os procedimentos adotados pela Vale em Moatize, bem como a realidade de vida cotidiana das populações deslocadas e outras que habitam nos arredores das áreas de exploração (marcada por desestruturação significativa nas suas bases originais de reprodução social econômica e cultural) evidenciam a prevalência dessa lógica violenta, autoritária e colonial de atuação. Para concluir, importa frisar que do ponto de vista teórico a tese revela, em primeiro lugar, a persistência de ações estatais de controle de território e controle da população que têm como consequência os deslocamentos compulsórios. Em segundo lugar a prevalência de práticas violentas do estado que se interseccionam com as práticas violentas empresariais. O autoritarismo, a tutela e o negligenciamento dos projetos de vida das diversas famílias atingidas marcaram o processo de deslocamento compulsório, numa autêntica reedição



para o tempo presente de práticas violentas coloniais. E por fim a existência de ações de resistência que não se resumem exclusivamente, às ações de protestos, mas às ações cotidianas de ressignificação da vida e de re-existência diante da nova realidade imposta.

Quais foram os principais obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa?

A pesquisa de campo foi realizada num período de instabilidade político-militar na região central de Moçambique, na qual se localiza o distrito de Moatize, província de Tete. Em 2013 a tensão política que era evidente no campo discursivo – por meio da política de acusações entre os atores políticos na arena pública – transformou-se numa “tensão político-militar” envolvendo o grupo armado do partido RENAMO e as Forças de Defesa Segurança de Moçambique, liderado pelo partido FRELIMO, dois protagonistas da guerra civil que teve o seu “fim” no ano de 1992 com a assinatura, em Roma, do Acordo geral de Paz (AGP). Os confrontos entre as partes tiveram inicialmente epicentro em algumas áreas da província de Sofala, na região central de Moçambique, principalmente ao longo da Estrada Nacional n° 1 (EN1), embora tenham existido registros de algumas ações nas províncias de Nampula, na região norte, e Inhambane, na região sul. Estes confrontos mergulharam o país, mais de duas décadas do fim da guerra civil, numa autêntica violência armada. Depois de uma relativa calma em 2014 – incentivada de certa forma pelo “Acordo de Maputo” que foi um acordo de “cessação das hostilidades” ratificado pelo então Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza e pelo presidente do partido RENAMO, Afonso Dhlakama, como resultando de um diálogo que vinha ocorrendo entre as partes no Centro de Conferência Joaquim Chissano, na cidade de Maputo, capital do país, região sul de Moçambique - verificou-se, desde finais de 2015, o recrudescimento das hostilidades e violência armada entre as partes beligerantes, na província de Sofala, se alastrando para algumas áreas da província de Manica e Tete, ambas na região central de Moçambique. Um dos efeitos diretos desse recrudescimento foi, por exemplo, a dificuldade de circulação de pessoas e bens na região central de Moçambique, devido aos constantes ataques da RENAMO, principalmente ao longo da Estrada Nacional Número 1 (EN1). Esse cenário tornou a viagem de Maputo a província de Tete via rodoviária num empreendimento ou aventura de risco, restando a via aérea, o que superdimensionou os custos da pesquisa. O cenário de instabilidade impediu que a minha orientadora Sônia Barbosa Magalhães se juntasse ao trabalho de campo conjunto em Moatize.



A pesquisa de campo foi realizada em 2016 mais de 10 anos após a chegada da Vale em Moatize e a comunidade de Cateme, onde foram reassentadas famílias que foram classificadas como rurais, já era alvo de visitas de diversos pesquisadores, jornalistas e ativistas nacionais e internacionais. Por causa disso, as autoridades moçambicanas estabeleceram mecanismos de controlo das pessoas que têm acesso à comunidade para entrevistas com as populações deslocadas. O acesso a comunidade que deveria ser livre, passou a ser controlado e dependente da decisão do governo distrital. Passaram a exigir que os líderes comunitários e as populações de Cateme falassem apenas com pesquisadores, jornalistas e ativistas da sociedade civil que tivessem credenciais para visitar Cateme. De fato, todas as pessoas com quem conversei em Cateme a primeira coisa que pediam era a credencial e se já tinha falado com o líder do seu bairro. Comprovado isso é que aceitavam iniciar o diálogo. Constatei também uma espécie de esgotamento das famílias atingidas em dar entrevistas, tendo em diversas ocasiões ter recebido não como resposta. Diziam: “estamos sempre a dar entrevista e a nossa situação nunca muda, estamos na mesma situação, afinal o que fazem com as nossas informacoes”. Outra grande dificuldade enfrentada está relacionada com o “fechamento institucional” (falo em concreto de todo o conjunto de obstáculos formais e informais que impedem o exercício de uma pesquisa em certas instituições) e o “secretismo institucional” (que se manifesta por uma política perversa formal ou informal que impede o acesso a algumas informações em algumas instituições públicas ou privadas) do Instituto Nacional de Minas, que recusou fornecer dados atualizados sobre empreendimentos minerários que estavam ativos na província de Tete e em Moatize em particular, bem como o acesso aos estudos de impacto ambiental e planos de reassentamentos da Vale e outros grandes projetos. O fechamento e secretismo institucional se verificou também na própria Vale que recusou qualquer informação em relação ao projeto, incluindo os pedidos de entrevistas.

Algumas publicações recentes de Albino José Eusébio

EUSÉBIO, Albino José; MAGALHÃES, Sónia Barbosa. Mineração e conflitos ambientais: estratégias corporativas de gestão dos “riscos sociais” em Onça Puma. In: André Luís Assunção de Farias. (Org.). **Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. 1ed. São Paulo: Editora Científica Digital, 2023, v. 01, p. 164-185.



EUSÉBIO, Albino José. Empresas, comunidades e conflitos: grandes projetos de mineração e conflitos ambientais em Moçambique. Belém: **Novos Cadernos NAEA**, Vol. 25, n. 3, p. 35-53, set-dez 2022.

EUSÉBIO, Albino José; MAGALHÃES, Sónia Barbosa. Neoextrativismo, violências e conflitos ambientais: o projeto Onça Puma e as estratégias empresariais de ocupação e controle do território. In: Henri Acselrad. (Org.). **Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022, p. 267-310.

EUSÉBIO, Albino José. As violências das práticas empresariais: mineração, danos socioambientais e conflitos em Moatize, Vale do Zambeze, Moçambique. In: Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas, 2021, São Luís. **Anais do I Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas: "povos, comunidades e natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório"**. São Luís: EDUFMA, 2021. v. 04. p. 505-516.

EUSÉBIO, Albino José. As Violências das Práticas Empresariais: mineração, deslocamentos compulsórios e resistências no vale do Zambeze, Moçambique. **REVISTA ANTHROPOLÓGICAS**, v. 1, p. 220-248, 2020

EUSÉBIO, Albino José. O Paradoxo do Desenvolvimento: Mineração, deslocamentos compulsórios e a vida cotidiana em Cateme, Moatize, Moçambique. **Revista Iuminuras**, v. 21, p. 862-870, 2020.

EUSÉBIO, Albino José. Os direitos sobre os territórios: comunidades locais e os projetos de desenvolvimento em Moçambique. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 03, p. 154-177, 2019.

EUSÉBIO, Albino José; MAGALHÃES, Sónia Barbosa. Instabilidade político-militar, deslocamentos compulsórios e a vida cotidiana em Moçambique: uma agenda de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 49, p. 349-374, 2018.

EUSÉBIO, Albino José; MAGALHÃES, Sónia Barbosa. Grandes projetos de mineração e direitos territoriais das comunidades locais em Moçambique. **NOVOS CADERNOS NAEA**, v. 21, p. 179-198, 2018.

EUSÉBIO, Albino José. Grandes projetos de desenvolvimento, guerra e os deslocamentos compulsórios em Moçambique. **NOVOS DEBATES - FÓRUM DE DEBATES EM ANTROPOLOGIA**, v. 3, p. 55-60, 2017.